

CAPITALISMO E QUESTÃO AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES DA TRADIÇÃO MARXISTA

Mônica Aparecida Grossi*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo reafirmar a pertinência da tradição marxista para a análise da questão ambiental contemporânea. Destacamos especialmente a relevância dos conceitos marxianos de metabolismo social e de fissura metabólica, resgatados pelo pensamento marxista, para analisar esta questão num quadro histórico onde a hegemonia do sociometabolismo do capital é determinante na produção de consequências negativas que afetam radicalmente a reprodução da vida humana e da biosfera. A questão ambiental, visualizada na “crise ecológica”, é, portanto, a expressão da relação sociedade/ natureza que vem destruindo as duas fontes de produção de riqueza: o trabalho e a natureza.

Palavras-Chave: Capitalismo, Questão Ambiental, Tradição Marxista

INTRODUÇÃO

Este artigo integra os estudos que vem sendo realizados em nosso processo de doutoramento, relacionados à análise da questão ambiental no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Partimos da consideração de que o conceito de ambiente se constitui pela existência de elementos naturais e humanos que estão inter-relacionados e condicionados economicamente, reproduzindo relações sociais desiguais a partir de seu caráter classista, espacialmente e socialmente localizadas.

Consideramos que a chamada crise ambiental, que se apresenta através de problemas como a pilhagem, degradação e destruição ambiental é a expressão visível do que consideramos como questão ambiental, a qual é intrínseca a uma sociedade de classes, estruturalmente desigual, envolvendo sujeitos antagônicos, que condiciona e restringe as

* Doutoranda em Serviço Social pela UFRJ; Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da UFJF/MG.

possibilidades de apropriação, domínio e uso dos bens ambientais. Desta forma, afirmamos e defendemos que o antagonismo destes sujeitos nesta questão constitui o seu caráter eminentemente político.

A relevância da consideração da questão ambiental como uma questão a ser politizada pelas lutas sociais, no espaço da sociedade civil, está no fato de questionar a lógica insustentável do sociometabolismo do capital, que historicamente vem operando uma separação entre o homem e a natureza. E ainda, em estabelecer um debate público sobre os riscos e conseqüências concretas aos quais estão submetidas as classes subalternas, diante de um quadro de destruição e crise do patrimônio natural e, ao mesmo tempo, de privatização dos recursos naturais, num contexto de desemprego estrutural e de aprofundamento da desigualdade e da pobreza.

A crítica radical à lógica predadora e destrutiva do sociometabolismo do capital abrange toda a organização social, que vem sendo regida por processos de aceleração da produção de riquezas materiais, voltadas para o consumo de bens definidos pelo seu valor de troca que determina, por fim, a mercantilização da própria vida.

Diversas perspectivas que se afirmam como críticas têm se baseado em quadros teóricos, metodológicos e analíticos bastante diferenciados e até divergentes quanto à análise da relação entre sociedade e natureza, principalmente no contexto atual permeado pelo pensamento fragmentado da chamada pós-modernidade. Estes enfoques sobre a relação sociedade e natureza vem sendo realizados por ambientalistas, ecologistas moderados e radicais, neomalthusianos, etc. Estas posturas “complexas”, “heterodoxas” e heterogêneas resguardam suas diferenças, mas convergem num ponto: a recusa da abordagem marxista, alegando seu caráter prometício/ produtivista, com sua conseqüente perspectiva de dominação da natureza, ancorada em seu antropocentrismo, considerando a natureza apenas como meio de produção e exploração econômica, negando-lhe um valor intrínseco.

No próprio interior do campo marxista, emerge uma perspectiva que se autodenomina eco-marxista que propõe, como indica o próprio prefixo, uma necessária inserção ecológica traduzida numa perspectiva de enverdecimento do marxismo. Esta perspectiva abrange tanto aqueles que comungam com as críticas do ambientalismo como os que a rejeitam, mas

admitem que este acréscimo é necessário para ampliar, melhorar e, assim, (re) qualificar a utilização do marxismo para a análise e ação relacionadas ao campo ambiental.

Entretanto, mesmo considerando o atraso teórico e político representado por certo distanciamento e/ou recusa do pensamento marxista contemporâneo, em relação à análise do meio ambiente, que em muito contribuiu para a formação de um “vácuo” desse pensamento no debate e para a conseqüente afirmação do pensamento ambientalista de vários matizes, as duas últimas décadas demonstram a retomada desta temática através da produção marxiana e marxista.

Assim, buscamos, através deste artigo, reafirmar a pertinência da tradição marxista para a análise da questão ambiental contemporânea. Destacamos especialmente a relevância dos conceitos marxianos de metabolismo social e de fissura metabólica, resgatados pelo pensamento marxista, para analisar esta questão num quadro histórico onde a hegemonia do sociometabolismo do capital é determinante na produção de conseqüências negativas que afetam radicalmente a reprodução da vida humana e da biosfera. A questão ambiental, visualizada na “crise ecológica”, é, portanto, a expressão da relação sociedade/ natureza que vem destruindo as duas fontes de produção de riqueza: o trabalho e a natureza.

A DUPLA EXPLORAÇÃO: A RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Dentre os fenômenos característicos do atual momento histórico, destacamos como relevante a chamada crise civilizatória, cujo reflexo sobre o meio ambiente, se mostra claramente com o processo de degradação ambiental, o esgotamento dos recursos naturais e seus efeitos para a humanidade em geral, e particularmente para os setores populares. Essa crise nos indica a necessidade de questionar, criticamente, a racionalidade e os paradigmas teóricos que deram impulso e legitimidade ao crescimento econômico, num processo de negação da natureza e da vida humana.

Médici (1983) ressalta a pertinência e relevância do pensamento marxiano para a reflexão acerca do meio ambiente, através de motivos gerais, relacionados à herança

epistemológica de Marx na análise do modo de produção capitalista, e específicos a partir de determinados pontos da obra de Marx, tais como a relação homem/ natureza, principalmente no capitalismo; o crescimento populacional; o esgotamento dos recursos naturais; a degradação do meio ambiente; as relações entre as condições de vida da classe trabalhadora e o meio ambiente; a relação entre necessidades, socialismo e meio ambiente.

Em relação ao motivo geral, defende que a questão ambiental é fruto do modo de produção especificamente capitalista, e que a análise das leis de movimento e tendência do capitalismo orienta de forma direta a sua compreensão.

Da mesma forma, os pontos específicos merecem aprofundamento a partir da produção marxiana. Dentre estes, consideramos que o ponto de partida se refere à especificidade desta análise sobre a relação homem/ natureza, ressaltando a diferenciação de outros modos de produção em relação ao capitalismo, onde “[...] as forças naturais são apropriadas, dimensionadas e planejadas pelo homem em função das necessidades de acumulação do capital.” (MÉDICI, 1983, p.8).

Na **relação** homem/ natureza, a perspectiva marxiana destaca o trabalho como elemento central de mediação. Em O Capital, Marx, ao analisar o processo de trabalho nos mostra que

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. (MARX, 1983, p.149).

Sendo assim, através do trabalho, o homem movimenta suas forças naturais (física e mental) para a transformação dos recursos da natureza, com o objetivo de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua vida. Ao atuar sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, produz, no mesmo movimento, uma transformação da sua própria natureza. Assim, na perspectiva marxiana, o trabalho, que tem sempre um caráter coletivo, é o elemento constitutivo da humanidade como tal. Neste sentido,

[...] o trabalho não transforma apenas a matéria natural, pela ação de seus sujeitos, numa interação que pode ser caracterizada como metabolismo entre sociedade e natureza. O trabalho implica mais que a *relação* sociedade/ natureza: implica uma *interação no marco da*

própria sociedade, afetando seus sujeitos e a sua organização. [...] foi através do trabalho que, de grupos primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o **ser social**. (NETTO, 2006, p. 34, grifos do autor).

Já nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844, Marx apontava para o fato de que a humanidade e a natureza estão inter-relacionadas e a forma historicamente específica das relações de produção constitui o centro dessa inter-relação.

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza na medida em que ela mesma, não é corpo humano. O homem vive da natureza, significa: a natureza é o seu corpo, com o qual tem que permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interligada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está ligada consigo mesma, pois o homem é parte da natureza. (MARX, 1984, p.155).

A relação sociedade/ natureza assume novas determinações a partir das contradições de classe inerentes ao modo de produção capitalista. Entender o processo e os elementos constitutivos do capital e o desenvolvimento das relações sociais propriamente capitalistas é central para o entendimento da desigualdade entre classes sociais expressa nos seus aspectos econômicos, políticos e culturais e, particularmente, na desigualdade das classes no acesso, domínio e uso dos recursos naturais, fator constitutivo do que entendemos por questão ambiental.

É o modo de produção capitalista que cria a forma mais desenvolvida e complexa de organização histórica da produção material da vida humana. Sua caracterização tem como elemento central a produção de bens sob a forma de mercadorias. O trabalhador aparece no mercado como vendedor de mercadorias, pois sendo um trabalhador “livre”, resta ao mesmo vender a sua força de trabalho em troca de um salário. Os principais sujeitos deste processo, o capitalista e o trabalhador assalariado, encarnam o capital e o trabalho. Sendo assim, no processo de valorização das mercadorias, onde se expressam a forma mercadoria e seu fetiche, as relações de circulação subvertem as relações sociais através de um processo de mistificação e retificação, transformando as relações entre os homens em relações entre coisas.

Outro elemento constitutivo e específico do capitalismo, cujo objetivo final é determinante na/ da produção é a mais-valia. Ela se traduz na exploração determinada pelo fato de que os trabalhadores produzem um produto líquido que é vendido por mais do que eles recebem como salário. Assim, a mais valia é, na verdade um tempo de trabalho não pago ao trabalhador e apropriado pelo capitalista. Segundo a tradição marxiana, é na necessidade voraz de apropriação de mais-valia que se concentram as contradições, que fazem com que o maior obstáculo para a produção capitalista seja o próprio capital.

Podemos analisar as conseqüências negativas deste modo de produção nos âmbitos social e ambiental, uma vez que a produção de mercadorias voltadas para o seu valor de troca é ilimitada em função do lucro. Como poderemos confirmar durante este trabalho, essa produção ilimitada de mercadorias, ao longo do desenvolvimento capitalista, vem demandando a ampliação do volume de matérias-primas empregadas, gerando resíduos numa proporção e num ritmo sem precedentes na história humana.

A consagração da propriedade privada no capitalismo tem sua base e instituição na fase inicial no regime de acumulação primitiva. A defesa da propriedade privada se baseia no argumento de que sua existência seria a condição para que os recursos naturais fossem resguardados através de sua administração correta pelos proprietários. Sabemos que, na realidade, a existência da propriedade privada da terra garantiu aos seus proprietários a “liberdade” para a sua utilização de acordo com sua lógica de exploração privada dos recursos naturais, levando à depredação, à contaminação e ao esgotamento da natureza.

A criação e o desenvolvimento histórico do capitalismo vêm se dando a partir do processo de acumulação de capital, caracterizado por Foster e Clark (2006) como “[...] um processo autopropulsor, já que o excedente acumulado em uma fase converte-se em um fundo de investimento para a seguinte.” (p.227).

Na pré-história do capitalismo, encontra-se o processo inicial de acumulação de capital, denominado acumulação primitiva, que propiciou as condições necessárias ao desenvolvimento propriamente capitalista. Desta forma, a análise marxiana nos mostra que a instituição e expansão do modo de produção capitalista, por sua vez, criaram novas formas específicas de acumulação.

Foster e Clark (2006) nos mostram que Marx, ao analisar a situação típica da Grã-Bretanha, identificou três aspectos centrais da acumulação primitiva: 1- A expropriação de terras camponesas através dos cercamentos e extinção de usos e direitos coletivos sobre as terras, que se traduz na perda do acesso direto ou controle dos meios materiais de produção dos camponeses; 2- Criação de uma massa pauperizada de trabalhadores sem terra que se deslocam para as cidades, buscando trabalho assalariado, constituindo um futuro proletariado industrial para o capitalismo; 3- Grande concentração e centralização de riquezas, proporcionada pelo controle das terras expropriadas e dos meios de produção monopolizados nas mãos de poucos, e o excedente disponível transferido para os centros industriais. Os camponeses expropriados, que agora se tornaram proletários, e aqueles contingentes de desocupados, concorreram para a manutenção de baixos salários, proporcionando maior rentabilidade da produção.

As profundas conseqüências ecológicas deste processo de acumulação primitiva, que culmina com o desenvolvimento do capitalismo, são conseqüências tanto da expropriação de terras coletivas como da expulsão de imensos contingentes populacionais para as cidades. Neste sentido, no capitalismo, a alienação da terra (e da natureza) e o domínio do homem sobre o homem resultam no fato de que tanto a terra quanto o homem passam a ser reduzidos “ao nível de um objeto venal”. (MARX apud FOSTER; CLARK, 2006, p.227).

METABOLISMO SOCIAL E FISSURA METABÓLICA: CONCEITOS RELEVANTES PARA A ANÁLISE DA QUESTÃO AMBIENTAL

O conceito de metabolismo social foi recuperado da obra de Marx por John Foster (2005), que afirma este conceito como ponto de partida do método do materialismo histórico. A partir do pensamento marxiano, metabolismo social é compreendido como o processo através do qual a humanidade transforma a natureza externa e também a sua natureza interna. O processo de trabalho, a ação e o efeito sobre a ação humana se manifestam na forma como se estabelecem as relações sociais.

Foster (2005) nos mostra que Marx, ao construir este conceito se apoiou nas descobertas das ciências naturais (fisiologia e química), de onde se origina o termo metabolismo, no intento de situar o comportamento humano como elemento constitutivo do mundo natural. Desta forma, a unidade do ser humano com a natureza é parte da natureza física e química. Mas Marx se empenhou em analisar não a unidade, mas justamente a separação operada no processo histórico que aliena o homem das condições naturais necessárias para a sua reprodução. Sendo assim, a chave analítica proposta por Marx, através do materialismo histórico, reside no entendimento desta separação/alienação que gera uma fissura do metabolismo com a natureza, engendrada pelo modo de produção capitalista que aparta o homem (trabalhador) de seus meios de vida (natureza externa). No capitalismo, o trabalhador assalariado é exemplar nesta ruptura do metabolismo com a natureza. Está separado do processo de produção como elemento criativo; da terra como recurso natural de produção e da própria possibilidade de se reproduzir, se não for através da venda da sua força de trabalho. É esse o trabalhador livre criado pelo capitalismo, sendo que essa liberdade se traduz em alienação e isolamento.

A propriedade privada da natureza é central nas preocupações de Marx em relação à sustentabilidade das futuras gerações, expressa na sua teoria da renda da terra. Esta teoria mostra a fissura metabólica com a natureza operada pelo capitalismo que muda radicalmente as relações com a terra, pois nos modelos pré-capitalistas a produção era agrícola e no modo de produção capitalista a produção passa a ser subordinada à criação da indústria. Sendo assim, a moderna propriedade da terra criada pelo capitalista passa a gerar uma renda regulada (mediada) pelo lucro industrial, se distinguindo radicalmente das rendas anteriores reguladas pelo próprio trabalho agrícola.

O intento de Marx, ao elucidar as formas de fissura do metabolismo com a natureza e as suas especificidades no capitalismo, era fundamentar a necessidade de construção de outra organização societária. Esta sociedade restabeleceria a relação de unidade entre o homem e a natureza externa através do trabalho criativo, não subordinado e alienado, exercido por produtores livremente associados.

A extinção da propriedade privada e o desenvolvimento de uma sociedade de produtores livremente associados são, para Marx, as condições indispensáveis para a

sustentabilidade no relacionamento com a natureza. Foster (1999) ressalta que Marx já vislumbrava a necessidade imperativa de proteção do globo terrestre para as futuras gerações.

Do ponto de vista de uma forma econômica mais alta de sociedade, a propriedade privada do globo por indivíduos isolados parecerá tão absurda quanto a propriedade privada de um homem por outro. Nem mesmo uma sociedade inteira, uma nação ou mesmo todas as sociedades simultaneamente existentes juntas são proprietárias do globo. Elas são apenas posseiras, suas usufrutuárias e, como *boni patres familias* [bons pais de família] devem legá-la, em melhores condições, às futuras gerações. (MARX apud FOSTER, 1999, p.166)

Para Marx, o progresso econômico de uma sociedade superior ao capitalismo não pode pôr em risco as condições naturais e globais, indispensáveis à vida das gerações futuras.

Marx elaborou sua Crítica ao Programa de Gotha se contrapondo, primeiramente, à consideração contida neste de que só o trabalho cria riqueza, afirmando que

O trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (que são os que verdadeiramente integram a riqueza material!), nem mais nem menos que o trabalho, que não é mais que a manifestação de uma força natural, da força de trabalho do homem. (1980, p.209)

As duas principais lições que retiramos destas reflexões nos levam a confirmar que a afirmação da propriedade privada, a existência do trabalhador assalariado que é explorado, assim como a natureza, no processo de trabalho, marcado pela alienação, representam as condições indispensáveis para a reprodução ampliada do capital. Sendo assim, representam questões fundamentais contra as quais se dirigem as necessárias transformações para a superação do capitalismo e a conseqüente construção de uma sociedade superior a esta.

Segundo Foster (1999), dentre as devastações ecológicas produzidas pelo capitalismo, Marx destaca, em *O Capital*, a degradação do solo resultante da industrialização da agricultura. Esta análise marxiana se deve aos estudos do químico Justus Von Liebig – especializado em agricultura e considerado fundador da química do solo – que avaliou o desenvolvimento da agricultura capitalista como um sistema de roubo dos nutrientes do solo, sem restituição, ocasionados pela exportação de comida e fibras às cidades que, ao não serem

devolvidos à terra, como na agricultura tradicional, e que transportadas para longas distâncias, acabavam gerando a produção de resíduos contaminadores nas cidades.

Marx analisa as razões econômicas de tal degradação, que envolve necessariamente a degradação do próprio trabalhador.

Todo progresso na agricultura capitalista é um progresso na arte de roubar não só o trabalhador, mas o solo; todo progresso em aumentar a fertilidade do solo por um dado tempo é um progresso para arruinar as fontes de longa duração dessa fertilidade. Quanto mais um país cresce com a indústria em grande escala na base de seu desenvolvimento, como acontece nos Estados Unidos, mais rápido se torna esse processo de degradação. A produção capitalista, portanto, só desenvolve as técnicas e o grau de combinação do progresso social da produção minando, simultaneamente, as fontes originais de toda riqueza – o solo e o trabalhador. (MARX apud FOSTER, 1999, p.167).

Marx e Engels, segundo Foster (1999), não se detiveram na análise dos limites ecológicos em relação à questão da utilização do solo, mas estudaram também a sustentabilidade em relação a florestas, rios, qualidade do ar e particularmente a geração, redução e destino dos resíduos industriais. Suas observações o levam a concluir que no capitalismo, o crescimento da agricultura em grande escala e do comércio de longa distância favorecia (e ainda favorece) o aprofundamento e a extensão desta fissura metabólica, apresentando também sua outra face que é a contaminação das cidades. (FOSTER; CLARK, 2006).

O ANTAGONISMO CAMPO/CIDADE E AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA: A AMPLIAÇÃO DA FISSURA METABÓLICA.

O antagonismo extremo entre cidade e campo, característica essencial da organização social capitalista, foi considerado por Marx e Engels como a causa central da degradação ecológica no capitalismo.

Foladori (2001b), seguindo a tradição marxista, aborda a separação entre campo e cidade como pré-requisito da moderna renda capitalista do solo e aponta os dois elementos centrais que caracterizam a produção capitalista na agricultura, a presença da grande

propriedade e o êxodo rural. Neste sentido, retomar de Marx o conceito de metabolismo social e o processo de ruptura desta unidade, expresso pelo conceito de fissura metabólica, torna-se central para o entendimento da separação campo e cidade operada pela produção capitalista. As conseqüências ambientais desta separação entre “[...] as fontes de produção de alimentos e a matéria-prima de seu consumo.” (FOLADORI, 2001b, p.111), são observadas na alteração radical das trocas de materiais e energia.

[...] grandes propriedades reduzem a população agrícola a um mínimo em constante queda e a põem frente a frente com uma população industrial em crescimento ininterrupto, amontoada nas grandes cidades. Criam-se assim condições que ocasionam um rompimento irreparável na coerência do intercâmbio social determinado pelas leis naturais da vida. Como resultado, a vitalidade do solo é desperdiçada, e esta prodigalidade é levada pelo comércio muito além das fronteiras de um dado Estado (Liebig). (MARX apud FOSTER, 1999, p.167-8).

A influência dos estudos de Liebig sobre Marx, já referenciada anteriormente, o leva a reforçar o conceito de fissura metabólica, identificando os resultados produzidos pelo capitalismo com a indústria e a agricultura em grande escala.

As fases do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, segundo Foladori (2001b), dividem-se em dois momentos. Num primeiro momento, o avanço da produção capitalista ocorre de forma extensiva, com a introdução de relações capitalistas no interior de formas mercantis simples de produção, através da colonização de novas áreas. Numa segunda fase, que não suprime a primeira, mas que a ela se sobrepõe e se torna prevalente, ocorre a introdução da mecanização na agricultura, proporcionando um desenvolvimento do capitalismo intensivo, implicando numa maior inversão de volume de capital sobre uma mesma extensão do solo. Deste processo, decorrem duas conseqüências para a população: tendência ao deslocamento da força de trabalho e, em virtude da concorrência imposta pela agricultura mecanizada capitalista, são operados rápidos processos de eliminação da produção mercantil simples. Como resultado final da junção destas duas conseqüências, tem-se o êxodo rural acelerado e a aglomeração urbana.

Marx, em seus estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo, sobretudo na agricultura, elaborou a teoria da renda fundiária capitalista no terceiro livro de O Capital e em

teorias da mais-valia. Seu ponto de partida é embasado na consideração de que a renda é a forma econômica das relações de classe com a terra. Sendo assim, em que pese o fato de que a renda possa ser afetada por diferenciações relativas à qualidade do solo e sua disponibilidade, ela não se constitui como uma propriedade da terra, mas como propriedade das relações sociais.

Foladori (2001b) nos mostra que os efeitos sempre nocivos da renda capitalista sobre o meio ambiente se expressam através da separação entre propriedade e produção, gerando degradação do solo, mas também através da corrida pela apropriação de terras virgens.

A valorização da natureza no capitalismo é dada pela produção futura de produtos mercantis que poderão ser extraídos. O valor monetário de uma terra é obtido por sua renda capitalizada e a renda pela diferença entre preço da venda do produto e seus custos, incluindo o lucro. Mas, uma porção de terra, mesmo que não cultivada, também tem seu preço, este dado pelos solos vizinhos, similares em relação à fertilidade/ localização e destino econômico, e ainda pelas melhorias incorporadas. Disto resulta a especulação da terra, causa de insustentabilidade, com grande visibilidade nas cidades, pois as novas áreas, que eram agrícolas, são convertidas em solo urbano. Assim, os especuladores imobiliários adquirem terras a preços mais baixos, em função de suas rendas agrícolas, e as vendem mais caro de acordo com suas rendas urbanas, refletindo uma mudança na orientação econômica do solo.

O segundo efeito sobre o meio ambiente se manifesta na apropriação de terras virgens que passam a ter preço de mercado. Ao se apropriar das condições naturais virgens, o capitalista também se apropria do produto da fertilidade natural histórica, ou seja, se apropria da natureza gratuitamente.

O desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura é paradoxal, segundo Foladori (2001b), no caso das inversões de capital que ampliam os rendimentos econômicos ao mesmo tempo em que diminuem a fertilidade natural do solo. Neste caso, a valorização da natureza é dada exclusivamente pelo valor de troca que se possa dela retirar.

A ampliação de ganhos dos capitalistas, fruto da crescente inversão de capital no solo, mesmo com a diminuição de seu rendimento físico, tem seu limite no esgotamento total do solo, gerando uma crise ambiental. Marx explicou esta contradição chamando atenção para a sua determinação econômica, uma vez que o lucro retirado da renda do solo não retorna ao

mesmo, mas é apropriado pelo proprietário da terra, descrito por Foladori (2001b) como a contradição entre a bonança econômica privada e a crise ambiental.

ACUMULAÇÃO, EXPROPRIAÇÃO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial, segundo Marx (in FOSTER; CLARK, 2006), deveria ser compreendido através dos aspectos globais implicados tanto na acumulação primitiva quanto na fissura metabólica. O concomitante genocídio dos povos indígenas e a apropriação de riqueza da América foram centrais para a constituição de grandes fortunas, pois proporcionaram a pilhagem dos recursos naturais da periferia e a exploração de seus recursos ecológicos. A criação de monoculturas como as de café e de açúcar para exportação destinada à Europa com trabalho escravo ou semi-escravo, fruto do desenvolvimento da economia mundial capitalista, operava o roubo da periferia em favor dos países centrais.

Galeano (1983) analisa todo este processo, especificando a situação da América Latina como sendo a região das veias abertas.

Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, rica em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. (GALEANO, 1983, p.14).

O desenvolvimento do capitalismo para uma fase industrial mais avançada ampliou o domínio humano sobre a natureza, aprofundando as relações homem/ natureza mediadas pelo trabalho. Ao mesmo tempo, apresentou o seu traço marcante relacionado ao antagonismo entre as duas classes fundamentais, evidenciando a especificidade desta fase através da completa incompatibilidade entre os interesses da burguesia e do proletariado. Com a exploração do trabalho através da mais valia, configura-se um quadro de intensa pauperização dos trabalhadores, sugerindo o início do que mais tarde será denominado de “questão social”,

ou seja, o conjunto dos problemas sociais, econômicos e políticos que o surgimento da classe operária trouxe para o contexto de enfrentamento das relações capitalistas de produção.

Encontramos em Médici (1983) elementos de reflexão sobre o sentido histórico do processo que levou a relação homem/ natureza ao quadro atual de degradação ambiental. O processo de expropriação das terras e dos meios de produção da maioria da população, como forma de acúmulo de capital, e o surgimento do trabalho assalariado foram condições necessárias e determinantes no processo de desenvolvimento do capitalismo.

O esgotamento dos recursos naturais, a degradação do meio ambiente e a deterioração da qualidade de vida das populações sob um determinado padrão de industrialização só ocorreram em função do pleno desenvolvimento do capitalismo, em especial em sua etapa monopolista. (MÉDICI, 1983, p.6).

O autor argumenta que a etapa monopolista representa um marco na “história da degradação ambiental” por ter desenvolvido, através da chamada segunda revolução industrial, “[...] um conjunto de inovações tecnológicas consolidadas em novos processos de produção industrial, em novos produtos, e em novas fontes de produção e transmissão de energia.” (MÉDICI, 1983, p.6).

O desenvolvimento do capitalismo industrial acelera a tendência de produção ilimitada de mercadorias, demandando a concomitante ampliação do volume de recursos naturais necessários a esta produção. Verifica-se um processo de “criação de necessidades” encaminhado pelo capitalismo, o que nos leva a refletir sobre a atualidade da separação entre valor de uso e valor de troca, com a conseqüente subordinação do primeiro ao segundo. O capitalismo se afirma e se auto-realiza através da subordinação das necessidades humanas às necessidades de reprodução do capital.

Foster (2005) nos mostra que Marx nos Grundrisse revela a diferença entre os objetivos da produção de riquezas presentes nas práticas produtivas do mundo antigo e do mundo moderno. Enquanto na antiguidade o objetivo da produção é o atendimento das necessidades do ser humano e a riqueza produzida se subordina a essa condição, no mundo moderno a produção de riquezas se subordina aos objetivos da valorização e a humanidade é condicionada a produzir nesta nova lógica.

Mészáros (2006) evidencia que esta separação entre valor de uso e valor de troca e a conseqüente subordinação do primeiro ao segundo foi determinante para que a produção de riqueza se transformasse no objetivo da produção sob a hegemonia do capital. A dinâmica do capitalismo tem neste recurso a chave do seu desenvolvimento, uma vez que a expansão do valor de troca subordina ao capital todas as necessidades das pessoas e as diversas atividades de produção, tanto materiais quanto culturais. Esta ruptura entre utilização humana e a produção, substituída pela relação mercadoria, foi vital para a expansão do capital, para a qual não poderia haver limites. E é essa determinação própria do sistema produtivo do capital que se expressa no fato de que os seus produtos mercantilizados mudam de mãos, ou seja, não são valores de uso para os seus proprietários, mas são valores de uso para os seus não-proprietários. Isto reflete o que Marx discute em *O Capital* (livro 1), no processo de valorização das mercadorias, as quais devem se realizar como valor antes que sejam realizadas como valores de uso.

Foladori (2001b) apresenta a contribuição de Burkett (1999) sobre o duplo conceito de riqueza.

Tomando por referência a produção de Marx em *O Capital*, Burkett ressalta a diferenciação entre riqueza material (valor de uso) e riqueza social (valor de troca) e afirma que o processo do metabolismo social é o que gera a riqueza material, ou seja, aquela natureza adaptada as necessidades humanas. Mas este metabolismo, sob relações sociais de produção e outras formas de organização de consciência, opera a transformação da riqueza material em riqueza social, estabelecida através de critérios históricos construídos por cada sociedade.

Sendo assim, há uma determinação material e uma determinação social. Ocorre que na sociedade capitalista, essa transformação da riqueza material se incorpora numa riqueza social que é o dinheiro. De modo que, para Marx, essa riqueza se apresenta como um conjunto de mercadorias. E a mercadoria é a expressão deste duplo caráter da riqueza, ou seja, é riqueza material, pois atende as necessidades e ainda pode ser trocada por outros objetos.

Para Marx a riqueza material, útil às necessidades humanas, é expressa pelo valor de uso, que é um conceito inerente à natureza humana. A valorização da natureza é dada pela relação da sociedade com seu ambiente.

Do ponto de vista das necessidades humanas (valor de uso) a natureza tem valor genericamente. Mas é no modo de produção capitalista, através de suas relações sociais, que o valor dessa natureza, dada pelo seu uso, se submete à valorização atribuída pela sociedade humana. Neste sentido, o valor de uso é subordinado ao valor de troca, ou seja, a valorização da natureza tanto externa ao homem, como a natureza transformada para seu uso, é dada no capitalismo, pela sua capacidade de ser trocada por outra mercadoria ou por dinheiro.

A ordem produtiva dinâmica do capital, que submete profundamente as necessidades humanas às necessidades de expansão do capital, é, para Mészáros (2007, n. p.), auto-contraditória, pois impede o controle racional completo, trazendo no longo prazo conseqüências perigosas e potencialmente nefastas, que transformam “[...] um grande poder positivo de desenvolvimento econômico, antes totalmente inimaginável, numa devastadora negatividade, na ausência total da necessária contenção reprodutiva”.

A questão de que vivemos num mundo finito, o qual possui limites objetivos, veio sendo ignorada devido ao próprio imperativo da auto-preservação do capital. No entanto, o caráter destrutivo e devastador do sistema capitalista não é imune às conseqüências.

O sistema capitalista necessita, então, de uma teorização falsa que justifique uma produção ficticiamente ilimitada como a única alternativa, mesmo que não se possa garantir que “[...] ‘a mudança de mãos’, requerida e sustentável das mercadorias fornecidas se verificará no mercado ‘idealizado’ [...]” (MÉSZÁROS, 2007, n. p.), contida na conhecida e famosa mão invisível do mercado formulada por Adam Smith, e que

[...] as condições materiais objetivas para produzir a projetada oferta ilimitada [...] de mercadorias possa ser assegurada para sempre, [desconsiderando] o impacto destrutivo do modo de reprodução metabólica social do capital sobre a natureza. (MÉSZÁROS, 2007, n. p.)

A solução projetada, que deixa intacto o sistema de produção capitalista, é fazer com que a distribuição seja mais equitativa, como se pudesse omitir que o aspecto determinante da distribuição reside na intocável distribuição exclusiva dos meios de produção nas mãos da classe capitalista.

Para Mézáros (2006), a subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca, o controle do sociometabolismo do capital sobre o indivíduo e a necessidade vital de acumulação e sua lógica destrutiva, se expressam no capitalismo contemporâneo através da redução do tempo de uso das mercadorias, ou seja, através da taxa de utilização decrescente que tem como meta uma obsolescência planejada das mercadorias. Desta forma, esta taxa de utilização decrescente torna-se uma estratégia especificamente capitalista que comanda a técnica de fabricar produtos pouco duráveis, vital para a acumulação do capital que ganha com o decréscimo no tempo de uso.

De acordo com o autor citado, esse crescimento da produção sem limites, possibilitado com a redução do tempo de utilização dos produtos, força uma contradição fundamental, pois o aumento acelerado de consumo de recursos naturais neste processo de produção ocasiona uma verdadeira destruição ambiental, gerando o desperdício de uma de suas fontes de acumulação. Esta contradição corresponde à lógica capitalista que determina e subordina as necessidades humanas às suas necessidades de auto-reprodução.

QUESTÃO AMBIENTAL, CRISE CIVILIZATÓRIA E LUTA POLÍTICA: O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS CAMPONESES

Chesnais e Serfati (2003) analisam o meio ambiente a partir das condições físicas da reprodução social ressaltando a necessidade “[...] de uma crítica renovada do capitalismo que vincularia de forma indissociável, a exploração dos dominados pelos possuidores de riqueza e a destruição da natureza e da biosfera.” (p.40). Para estes autores, a crise ecológica planetária é analisada como uma crise para a humanidade, ou seja, uma crise civilizatória. No entanto, os autores argumentam que esta crise ecológica, e a divisão desigual de seus efeitos, não se constitui num fator central de crise para o capitalismo. Ela se constitui como uma crise criada pelo capitalismo e, ao mesmo tempo, demonstra o intento e a capacidade do capital em externalizar as conseqüências destas contradições que são intrínsecas ao seu próprio desenvolvimento, pois são resultantes das relações de produção e de propriedade que o fundam. Desta forma, a crise ecológica contemporânea se constitui numa ameaça permanente

para a humanidade, mas no imediato, atinge de modo específico certas classes, povos e países subordinados ao capital. O capital, no plano econômico, vem transformando a gestão dos recursos naturais “raros” e a reparação das degradações em campos de acumulação, ou seja, em mercados. No plano político, o capital tem sido capaz de transferir as conseqüências desta crise para países e classes a ele subordinadas.

Estes mesmos autores defendem que há uma incompatibilidade entre a possibilidade de um desenvolvimento humano com sustentabilidade diante das indústrias dominantes e de uma parte das tecnologias, tendo em vista o fato de que a acumulação “[...] encarnou-se em indústrias, em ramos e em trajetórias tecnológicas determinadas” (2003, p. 58).

A situação atual dos agricultores indica claramente os resultados da expropriação histórica dos camponeses, que alcança uma fase inédita e superior, cujo objetivo é a criação de condições tecnológicas e institucionais que permitam eliminar algo que parecia imutável, qual seja, o controle dos agricultores sobre suas reservas de sementes. E neste aspecto se afirma o poder do capital sobre um recurso natural fundante, expresso na lei internacional de proteção de patentes sobre o vivente, feita pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e da técnica de criação dos organismos geneticamente modificados, os já conhecidos transgênicos. Estes últimos ganham sua forma mais grave com a criação pela Monsanto da semente “*terminator*”, a qual corresponde fielmente ao seu nome de batismo, uma vez que este grão é produzido para germinar uma única vez. Esta, sendo estéril, encerra o seu ciclo em si mesmo, não possibilitando que os grãos gerados a partir de sua germinação possam ser plantados e se reproduzir. As conseqüências de extensão deste processo, sob a hegemonia do capital financeiro, atingem diretamente e de modo infinitamente mais grave os países pobres e os camponeses.

Este quadro impõe a necessidade e a urgência da luta política, uma vez que

[...] a menos que haja uma resistência social e política de grande força, o capitalismo terá conseguido avançar o término de seu processo de expropriação dos produtores e de dominação do vivente. Terá passado da expropriação dos camponeses à expropriação do direito geral dos seres humanos de reproduzir e em breve de se reproduzir, sem empregar técnicas patenteadas, sem pagar um pesado tributo ao industrial e, por detrás desse, a seus acionistas e às bolsas de valores. (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 54)

O momento atual expressa o protagonismo dos movimentos camponeses, que a exemplo do MST no Brasil, vem se levantando contra as destruições ecológicas que se colocam também como agressões à sua própria condição de existência como produtores.

Neste sentido, a Via Campesina, enquanto instância de organização mundial e de luta dos camponeses vem afirmar, em documento de conclusão de sua V Conferência Internacional, realizada no período de 19 a 22 de outubro de 2008, em Maputo, na África, a defesa intransigente da soberania alimentar, da reforma agrária, da agricultura camponesa sustentável, com produção agroecológica, do direito à semente e à água, dentre outros. Além disso, identifica como inimigo principal não só dos camponeses, mas de toda a humanidade, as empresas transnacionais, consideradas “[...] o motor e as principais beneficiárias do sistema de opressão das maiorias, as responsáveis pela crise alimentar e climática e paradoxalmente as que mais lucram com elas”. Afirma também que

[...] continuarão a lutar contra culturas e árvores transgênicas, contra a tecnologia *Terminator* e estão alertas frente a outras novas tecnologias de grande impacto social e ambiental, como a nanotecnologia e a construção de vida artificial ou biologia sintética. (RIBEIRO, 2008, n. p.)

A superação das contradições do capital só será possível através da construção de uma alternativa radical ao modo de produção capitalista. A alteração das determinações internas contraditórias do capitalismo, pautadas em suas necessidades alienantes de expansão que submetem as necessidades humanas, só será possível, segundo Mészáros (2007), a partir de um tipo de crescimento que corresponda às reais necessidades das pessoas. Nesta direção argumenta, ainda, que o enfrentamento e busca de superação da atual ordem sociometabólica do capital coloca como desafio imprescindível a supressão da questão da desigualdade substantiva que é indissociável da ordem social. Desta forma, a transformação de toda ordem social se coloca como o grande desafio para a construção de uma organização sociometabólica alternativa, defendida pelo autor como a proposta socialista.

Diante do exposto, reafirma-se a pertinência de retomar, da tradição marxiana, o conceito de modo de produção capitalista, para que não tenhamos uma visão de que a reprodução do que Mészáros denomina sociometabolismo do capital, se reduz apenas às suas

dimensões econômicas, pois que se constitui num modo de dominação social e numa forma de organização da produção material. Assim, não há como separar o econômico e o político, ambos centrais para o exercício da dominação capitalista.

Numa sociedade superior ao capitalismo, a natureza não poderá ser apropriada como propriedade privada, pois se constituirá como bem coletivo, como um valor fundante para a humanidade. Por isso defendemos que o protagonismo das lutas sociais, tendo como um de seus eixos estratégicos a reapropriação coletiva dos recursos naturais vem sendo assumido, justamente, por suas maiores vítimas, as classes subalternas, que serão as únicas capazes de lutar pela superação do capitalismo e pela conseqüente construção histórica de outra sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que as raízes da questão ambiental se localizam no período histórico da acumulação primitiva do capital, que através da expropriação das terras de uso comum e da conseqüente expulsão dos produtores camponeses, operou a separação entre o homem e a natureza.

Isso demonstra que a pilhagem dos recursos naturais é uma tendência intrínseca ao capital, que vem sendo reafirmada no seu curso e agravada no atual processo de acumulação capitalista, hegemonizado pela financeirização, em função da ampliação da escala e do ritmo cada vez mais acelerado de produção, demandando novos espaços sociais e físicos.

Os traços predadores e os processos destruidores com tempo de gestação longo são colocados por Chesnais e Serfati (2003) como indicadores decisivos e necessários à retomada e apropriação de uma crítica radical do capitalismo e da dominação burguesa. A pertinência da tradição marxiana para essa análise deve ser apreendida não apenas através da obra de Marx, mas fundamentalmente através de seu método de análise do capital e da constituição e desenvolvimento do modo de produção e dominação capitalista, tornando assim possível a apreensão não só destes traços predatórios, mas de todas as tendências à transformação das forças inicialmente e potencialmente produtivas em forças destrutivas, já inscritas nos

fundamentos do capitalismo desde sua instituição e que avançam num tempo de gestação e de maturação muito longo.

É preciso pontuar que concordamos com a análise que Chesnais e Serfati (2003) fazem sobre as observações de Marx em *A Ideologia Alemã* sobre as forças destrutivas (o maquinismo e o dinheiro), que se situa no âmbito de suas preocupações com o destino dos proletários, de suas famílias e das camadas não proletarizadas mais exploradas. Isto reafirma para nós que o processo inicial de constituição do capitalismo, através da expropriação das condições de existência dos produtores, que mais tarde vão formar o proletariado, já se constituía numa ameaça concreta, desde a acumulação primitiva, às condições físicas de reprodução social, tendo como referência central o caráter destrutivo do capitalismo no campo do meio ambiente natural e da biosfera.

Os estudos que realizamos, até o momento, sobre a produção marxiana e marxista têm nos mostrado a inconsistência das críticas feitas à Marx, que referenciamos na introdução deste artigo. Neste sentido, a contribuição de Foster (1999, 2005) foi decisiva na explicitação do método e dos conceitos marxianos (metabolismo social e fissura metabólica). Marx, ao partir da co-evolução entre sociedade/ natureza, identificou as conseqüências negativas do capitalismo tanto para o ambiente quanto para a sociedade, afirmando a exploração do trabalhador e da natureza através do processo de trabalho alienado.

Consideramos de fundamental importância a distinção entre capital e capitalismo que apreendemos através de Mézáros (2006, 2007). O sociometabolismo do capital que tem como núcleo o capital, o trabalho assalariado e o Estado, alcança seu pleno desenvolvimento no modo de produção e dominação capitalista, especialmente através de seus regimes de acumulação. Cabe assinalar que o capital é anterior ao capitalismo e a ele poderá sobreviver. Desta forma, a construção de uma sociedade futura, que defendemos socialista, exige não somente a superação do capitalismo, mas a supressão das determinações do próprio capital.

Nossa perspectiva pretende ultrapassar a mera crítica aos males do capitalismo, pois consideramos que a análise das contradições intrínsecas do capital, marcantes na contemporaneidade, abre, paradoxalmente, possibilidades às lutas políticas para sua superação.

Estamos convencidos de que o capitalismo é resultado de uma construção sócio-histórica e, portanto, pode ser superado pela mediação da política através da constituição de condições necessárias à conquista de uma nova ordem societária, tendo a sociedade civil como espaço privilegiado de luta.

CAPITALISM AND THE ENVIRONMENTAL QUESTION: CONTRIBUTIONS OF THE MARXIST TRADITION

ABSTRACT

The objective of this article is to reaffirm the relevance of the Marxist tradition for analysis of the contemporary environmental question. We place special emphasis on the relevance of the Marxist concepts of social metabolism and metabolic breach, brought back by Marxist thought, to analyze this question in a historical framework where hegemony of social metabolism of capital is the determining factor in the production of negative consequences that radically affect the reproduction of human life and the biosphere. The environmental question, seen in the “ecological crisis”, is, therefore, the expression of the relation society / nature that has been destroying the two sources of wealth production: work and nature.

Key words: Capitalism, Environmental Question, Marxist Tradition.

BIBLIOGRAFIA

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “*Ecologia*” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Revista Crítica Marxista*. São Paulo, n.16, p.39-75, 2003.

FOLADORI, Guilherme. *A questão ambiental em Marx*. *Revista Crítica Marxista*. São Paulo, n.4, p.140-61, 1997.

_____. *O capitalismo e a crise ambiental*. *Revista Outubro*. São Paulo, n.5, p.117-26, out. 2001a.

_____. *O metabolismo com a natureza*. Revista Crítica Marxista. São Paulo, n.12, p.105-17, 2001b.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Marx e o meio ambiente. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (Org.) *Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p.161-74.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. *Imperialismo Ecológico: A Maldição do Capitalismo. Socialist register 2004: O novo desafio imperial*. Leo Panitch y Colin Leys (Ed.) Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006. p.225-43.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In: Karl Marx - Friedrich Engels, Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. p. 203-34.

_____. Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844. In: FERNANDES, Florestan (Org.). K. Marx, F. Engels: *História*. São Paulo: Ática, 1984. p.146-81.

_____. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Volume I. Livro Primeiro - O Processo de Produção do Capital. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

MÉDICI, André César. Marx e o Meio Ambiente. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima; CERQUEIRA FILHO, Gisálio; KONDER, Leandro. (Org.). *Por Que Marx?* Rio de Janeiro: Graal, 1983. p.5-26.

MÉSZÁROS, István. *A única economia viável*. O Comuneiro – Revista Electrónica. Lisboa/Portugal, n.5, set. 2007. Disponível em: <<http://www.ocomuneiro.com>>. Acesso em: 05 out. 2008.

_____. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2006.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política*. São Paulo: Cortez, 2006.

RIBEIRO, Silvia. *As flores que rompem os muros*. La Jornada, México/DF, 25 out. 2008. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx>. Acesso em: 26 out. 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. *As origens agrárias do capitalismo*. Revista Crítica Marxista. São Paulo, n.10, p.12-29, jun. 2000.